

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PARTICIPAÇÃO
AMPLA**

EDITAL 30 de 2025 DO PREGÃO Nº 02 de 2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: SETEC.2025.00007347-59

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global, com fixação dos preços máximos do Anexo II.

MODO DE DISPUTA: Aberto

FORMA DE REALIZAÇÃO: Eletrônica

INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29/12/2025

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/01/2026. – às 10H

LOCAL DA DISPUTA: BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, **endereço eletrônico** www.bll.org.br

EMAIL PARA CONTATO: colsetec@setec.sp.gov.br

Dotação orçamentária: 01 04 122 2022 4198 33.90.39

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações assim como demais normas aplicáveis à espécie.

A **SETEC – SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS**, por intermédio da sua Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na **modalidade Pregão**, de acordo com o disposto neste edital.

Todos os elementos deste edital serão divulgados em sítio eletrônico oficial da SETEC (<http://setec.sp.gov.br>) na mesma data de sua divulgação, assim como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema da **BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**, **endereço eletrônico** www.bll.org.br

2. OBJETO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. A Presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS CONTÍNUOS DE APOIO À AUTARQUIA MUNICIPAL DE CAMPINAS/SP - SETEC, VISANDO A ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E FISCALIZAÇÃO DE PAINÉIS IDENTIFICATIVOS E ENGENHOS PUBLICITÁRIOS LOCALIZADOS NOS LOGRADOUROS DE COMPETÊNCIA DA MUNICIPALIDADE DE CAMPINAS, BEM COMO NOS IMÓVEIS PÚBLICOS E PRIVADOS, nos tipos e especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I do presente Edital, e nas condições contidas neste instrumento convocatório, visando contratações futuras pela

Autarquia, pelo período de 60 (sessenta) meses.

2.1.1. Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens do sistema mais semelhantes ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição dos produtos existentes neste edital e a utilizada pelo Sistema, deve prevalecer o estabelecido no edital e seus anexos.

2.2. O valor total estimado para presente contratação é de: R\$ 7.524.884,43 (total para 60 meses)

2.3. Condições de Execução: O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** deste Edital, correndo por conta da contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

2.3.1. As empresas participantes deverão dispor de logística para promover a execução do serviço na SETEC, dentro do prazo estabelecido em edital, evitando assim as penalidades da Lei.

3. FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, **exclusivamente através do portal eletrônico BLL www.bll.org.br.**

3.1.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora deste edital.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial da SETEC (<http://setec.sp.gov.br>) e disponibilizada no portal eletrônico www.bll.org.br, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública de abertura do certame.

3.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

3.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

4. REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília/DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas, brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil,

pertencentes ao ramo do objeto licitado, previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico da BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL (www.bll.org.br).

5.2. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

5.2.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal (sob pena de incidir no crime previsto no art. 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal) e impedimento ou suspensão de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Campinas;

5.2.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município de Campinas ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.3. controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

5.2.4. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.5. Pessoa jurídica com falência decretada;

5.2.6. Pessoas jurídicas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e Organizações Sociais – OS. Considerando-se que as mesmas gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação as demais empresas, veda-se a participação em observância ao princípio da isonomia em relação as demais licitantes.

5.2.7. Pessoas jurídicas em consórcio

5.2.7.1 Conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, a vedação de constituição de empresas reunidas em consórcio se mostra necessária ao pleito proposto, pelos fatores motivadores transcritos a seguir.

5.2.7.2 Preliminarmente, é imprescindível destacar que o objeto em seu amplo espectro traz um conjunto de soluções tecnológicas constituídas em forma de plexo, ou seja, são serviços interligados e indispensáveis ao princípio da eficiência, este atinente à administração pública, a qual deve proceder com a melhor gestão possível aos usuários.

5.2.7.3 Não obstante, quando apreciados os recursos, serviços e equipamentos propostos neste termo de referência, denota-se que são elementos de elevada importância e qualidade, com vasta pluralidade de prestadores no mercado nacional, capazes e qualificados de oferecer os serviços em sua totalidade, tornando ineficaz a subcontratação parcial dos serviços ou rateamento entre empresas constituídas em consórcio.

5.2.7.4 Há de se destacar que, empresas quando optam por se reunir em consórcio para demandas de complexidade técnica razoável, geram negativo impacto à livre concorrência, ferem o princípio da economicidade e trazem resultados indesejáveis à administração.

5.2.7.5 Diante dos termos e conceitos ofertados e, observando-se o poder discricionário da autarquia, é que se opta pela vedação da aceitação de empresas concorrentes estabelecidas em consórcio.

5.3. O impedimento do subitem **5.2.1** alcança a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

5.4. As hipóteses de vedação à participação de que tratam os subitens **5.2** e **5.3**, quando constatadas em qualquer fase do certame, ensejarão a inabilitação da licitante.

6. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO “BLL”

6.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da licitação deverão ser credenciados previamente perante o sistema “BLL”. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha de acesso. A senha é de responsabilidade da pessoa física credenciada que representa a licitante, sendo, portanto, pessoal e intransferível, devendo ser mantida sob sigilo absoluto.

6.1.1. O sistema “BLL” pode ser acessado através do endereço eletrônico www.bll.org.br.

6.1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para o cadastro da licitante, credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso **devem ser verificadas mediante contato junto à empresa Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, sistema eletrônico BLL, com antecedência.**

6.1.3. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada licitação.

6.2. O provedor do sistema eletrônico de negociação BLL poderá cobrar pelos custos da utilização dos recursos de tecnologia da informação.

6.3. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer licitação, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado.

6.4. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à SETEC responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

7. ACESSO AO SISTEMA

7.1. A participação na licitação se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema

eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

7.2. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste edital.

7.3. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da SETEC por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta da **BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL**, utilizar o suporte técnico através do telefone (041) 3097-4600 ou através do e-mail [contato@bll.org.br](mailto: contato@bll.org.br).

7.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Após a divulgação deste edital, as licitantes encaminharão sua proposta, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.1.1. A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

8.2. Como requisito para a habilitação, a licitante declarará, conforme modelo do Anexo VI, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

8.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação;

8.2.2. A conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

8.2.3. Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos e concordância com suas condições;

8.2.4. Que sua proposta econômica comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

8.2.5. Que inexiste impedimento a sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao Município;

8.2.6. Que observa os incisos III e IV do art. 1º e que cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da

Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

8.2.7. Que cumpre a reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; e

8.2.8. Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

8.3. As ME, EPP e COOP deverão declarar, que não ultrapassam o limite de faturamento e que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como que não tenham, no ano-calendário de realização da licitação, celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP (R\$ 4.800.000,00).

8.4. A falsidade das declarações de que tratam os subitens **8.2** e **8.3** sujeitará a licitante às sanções previstas no subitem **18.1** deste edital.

9. CONTEÚDO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

9.1. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

9.1.1. Informar o **PREÇO GLOBAL DO LOTE**, para o(s) qual(is) pretende concorrer, em moeda corrente nacional, em algarismos, com no máximo 02(duas) casas decimais, não sendo admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital

9.1.1.1. Os preços devem ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

9.1.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

9.2. No momento do cadastramento da proposta eletrônica, se o sistema permitir, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

9.2.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

9.2.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem **9.2.1**;

9.2.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

9.2.4. o valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para a Administração, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

9.3. Validade da proposta. Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo II**, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

9.4. A licitante provisoriamente vencedora (arrematante) deverá enviar sua proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação, preferencialmente de acordo com o modelo do Anexo II do Edital.

9.4.1 No caso de divergência entre a Planilha Orçamentária de referência (se houver) e o Termo de Referência, prevalecerá a Planilha Orçamentária.

9.5. A apresentação da proposta implica a aceitação pela licitante:

9.5.1. do prazo de validade da proposta/lance especificado no Anexo II. Decorrido esse prazo, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos;

9.5.2. do prazo de pagamento indicado na Minuta de Contrato;

9.5.3. das condições de execução dos serviços nos termos estabelecidos no termo de referência e minuta de contrato;

9.5.4. da observância das disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, no tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para execução e acompanhamento do contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

9.6. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, independentemente do resultado do processo licitatório.

9.7. A SETEC, por meio do pregoeiro e sua equipe de apoio, reserva-se o direito de realizar diligências para os esclarecimentos que se fizerem necessários para o julgamento.

10. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

10.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste edital e no sistema eletrônico, a sessão pública será aberta pelo pregoeiro, com a divulgação das propostas de preços recebidas para os itens e/ou lotes correspondentes disputados sucessivamente ou de forma simultânea.

10.1.1. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

10.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para envio de mensagens do(a) Pregoeiro(a) às licitantes, vedada outra forma de comunicação.

10.2. Iniciada a fase competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas as condições estabelecidas.

10.2.1. O intervalo de redução mínima de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será aquele estabelecido no sistema “BLL”.

10.3. A cada lance ofertado, a licitante será imediatamente informada de seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.4. Os lances ofertados serão no **PREÇO GLOBAL DO LOTE**, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.

10.5. A licitante somente poderá oferecer lance com valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.5.1. A licitante poderá encaminhar lances intermediários com valores iguais ou superiores ao menor já ofertado.

10.5.2. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.5.3. O(a) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

10.5.4. Eventual exclusão de proposta da licitante, de que trata o subitem **10.5.3**, implica a sua retirada do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a sua identificação.

10.7. A etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração desta etapa.

10.7.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem **10.7**, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.7.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens **10.7 e 10.7.1**, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.7.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a) **poderá** admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.7.4. Havendo o reinício da disputa aberta, de que trata o subitem **10.7.3**, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

10.7.5. Definitivamente encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

10.8. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.9. Caso a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.10. Havendo propostas de uma ou mais Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Cooperativas de Consumo (COOP), com valor de até 5% (cinco por cento) superior ao da licitante de melhor oferta, não sendo a de melhor oferta ME ou EPP ou COOP, a proposta mais bem classificada dentre as ME, EPP e COOP, será considerada empatada com aquela, podendo a sua proponente apresentar proposta de preço inferior, e, não havendo o desempate, serão chamadas as demais ME ou EPP ou COOP empatadas, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

10.11. Decorridos 05 (cinco) minutos da convocação inicial para que as ME ou EPP ou COOP exerçam o direito de desempate, sem o exercício de tal direito pelas interessadas, ocorrerá a sua preclusão e a manutenção da proposta originalmente mais bem classificada.

10.12. Persistindo o empate entre duas ou mais propostas, após o exercício de preferência disposto no subitem **10.10**, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

10.12.1. Disputa final, em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.12.2. Avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas no art. 88, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.12.3. Desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

10.12.4. Desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

10.12.4.1. Programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e fomentar e manter uma cultura de integridade no ambiente organizacional, nos termos do Decreto Federal nº 11.129/2022 (art. 56), que regulamenta a Lei Federal nº 12.846/2013.

10.12.5. Os critérios estabelecidos no §1º do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

10.12.5.1. Empresas estabelecidas no Estado de São Paulo;

10.12.5.2. Empresas brasileiras;

10.12.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.12.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação às mudanças climáticas, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009 (Lei que trata de Desenvolvimento Sustentável, e que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC).

10.13. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema informará a proposta de menor preço e o(a) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar para o item, quanto à adequação ao objeto estipulado e, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

10.13.1. Definida a ordem de classificação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

10.13.2. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada por sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.13.3. A negociação será realizada por meio do sistema e terá seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.13.4. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

10.13.5. Constituem indício de inexequibilidade das propostas/lances valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.13.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, nos moldes do Anexo II, após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.13.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

10.13.8. Será admitido à licitante esclarecer e corrigir erros, incorreções ou omissões no preenchimento dos valores da Proposta de preços, desde que possam ser ajustadas sem a necessidade de majoração do preço ofertado;

10.14. Se as propostas ou os lances de menores valores não forem aceitáveis, posteriormente à negociação, ou se as licitantes desatenderem às exigências habilitatórias, mesmo após esgotadas as possibilidades de saneamento da documentação e da proposta, o(a) Pregoeiro(a) examinará as propostas ou os lances subsequentes, exclusivamente por meio do sistema, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Nesta hipótese, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

10.15. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de proposta e/ou documentos de habilitação, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1. Para julgamento das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, observadas as condições definidas neste edital.

11.2. Serão **DESCLASSIFICADOS** os lances e as propostas:

11.2.1. Que contiverem vícios insanáveis;

11.2.2. Que não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste edital;

11.2.3. Que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

11.2.4. Que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

11.2.5. Que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital, desde que insanável;

11.2.6. Das licitantes que não responderem às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

11.3. Serão **DESCLASSIFICADOS** os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas finais que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores ao(s) valor(es) máximo(s) aceitável(eis) para o item e/ou lote pela SETEC constante(s) deste edital.

11.4. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada para o item e/ou lote, conforme o caso.

11.5. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada.

11.6. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.7. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade das propostas, o(a) Pregoeiro(a) verificará a documentação de habilitação das licitantes conforme disposições do **Item 12**.

11.8. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários

12. HABILITAÇÃO

Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

12.1. Para habilitação neste certame, fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, as licitantes deverão apresentar os documentos e cumprir os requisitos elencados no **Item 12** deste edital.

12.1.1. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data da apresentação da proposta escrita.

12.1.2. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital,

conforme solicitação do pregoeiro.

12.1.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.2. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente vencedora (arrematante), por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise,

12.3. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta e aceitação condicionada à verificação de veracidade via internet.

12.3.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular, quando solicitada, poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a data fixada para apresentação da proposta eletrônica.

12.5. A licitante deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, como a prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT).

12.6. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

12.6.1. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão em que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional, por moratória, ou pelo depósito de seu montante integral, ou pelas reclamações e pelos recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou pela concessão de medida liminar em mandado de segurança ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial, ou pelo parcelamento.

12.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

12.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas escritas.

12.7.3. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.7.4. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

12.7.5. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

12.8. O(a) Pregoeiro(a) poderá, sob o amparo do que estabelece o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, exigir que a licitante apresente Nota Fiscal comprobatória do fornecimento indicado em atestados de qualificação técnica por ela apresentados. A falta de comprovação sujeita o responsável às penalidades estabelecidas neste instrumento convocatório.

12.9. Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Cooperativas de Consumo (COOP), participando do certame nesta condição, deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

12.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data de publicação da Homologação, para regularização dos documentos.

12.9.2. A não regularização dos documentos no prazo estabelecido implicará a decadência do direito à contratação e a adoção dos procedimentos especificados no subitem **14.3** deste edital.

12.9.3. Não se aplica o subitem **12.9** a item da licitação com valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP (R\$ 4.800.000,00 estabelecido no art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações), se for o caso.

12.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem **12.7**.

12.11. Constituem motivos para **INABILITAÇÃO** da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem **12.7**:

12.11.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

12.11.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

12.11.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

12.11.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

12.11.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social

(INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

12.11.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

12.11.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

12.12. Habilidade Jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de a licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ela limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, nos seguintes termos:

12.12.1. Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.12.2. Para Empresa Individual: Registro Comercial.

12.12.3. Para Sociedades Empresárias em geral: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados. Se as alterações tiverem sido consolidadas em um só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação do ato constitutivo consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores à consolidação.

12.12.4. Para Sociedade empresária do tipo S.A.: Ato constitutivo e alterações subsequentes, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em exercício. Se as alterações tiverem sido consolidadas em um só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação do ato constitutivo consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores à consolidação.

12.12.5. Para Sociedade Simples: Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício. Se as alterações tiverem sido consolidadas em um só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação do ato constitutivo consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores à consolidação.

12.12.6. Para Sociedades Empresárias Estrangeiras em funcionamento no País: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.12.7. Para Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP): ato constitutivo a ser apresentado nos termos dos subitens precedentes, acompanhado de um dos seguintes documentos ou qualquer outra forma admitida pelo ordenamento jurídico vigente que possibilite a comprovação do enquadramento das licitantes como ME ou EPP:

12.12.7.1. Certidão expedida pela Junta Comercial, caso exerçam atividade comercial;

12.12.7.2. Documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, caso atuem em outra área que não a comercial.

12.12.7.3. Não farão jus ao tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123/2006, as ME e EPP:

- Enquadradadas nas hipóteses previstas no art. 3º, §4º, da Lei Complementar nº 123/2006;

- Cuja receita bruta anual do ano-calendário anterior tenha excedido o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP)

12.12.8. Para Cooperativas de Consumo (COOP): ato constitutivo a ser apresentado nos termos dos subitens precedentes, acompanhado do seguinte documento para aferição da equiparação às ME e EPP, nos termos do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007:

12.12.8.1. Demonstração de Resultados de Exercício (DRE) referente ao último exercício social exigível, assinado por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis, devidamente habilitado, constando nome completo e registro profissional.

12.12.9. As licitantes que se utilizarem indevidamente de qualquer benefício da Lei Complementar nº 123/2006, estarão sujeitas à pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

12.13. Qualificação Técnico Operacional

12.13.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

12.13.1.1 Prova de inscrição da licitante da entidade profissional competente (CRA).

12.13.1.2 Comprovação de CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL para a realização dos serviços objeto da presente licitação, por meio de atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante, devidamente registrado(s) nas entidades profissionais competentes, demonstrando que a empresa licitante tenha executado serviços compatíveis em características, complexidade e qualidade, sendo que a comprovação deverá atender as seguintes parcelas mais relevantes, acerca dos seguintes itens:

- I) Sistema de processamento de infrações;
- II) Câmeras de monitoramento embarcada em veículos;
- III) Desenvolvimento e operação de sistemas web;
- IV) Prestação de serviços de fiscalização urbana com suporte tecnológico;

12.13.1.3 É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação.

12.13.1.4 A proponente deverá apresentar declaração, que caso seja a vencedora do certame, apresentará os documentos solicitados abaixo no momento da assinatura do contrato:

- I) Comprovação dos vínculos dos profissionais para atendimento do contrato, mediante Contrato Social, registro na Carteira Profissional, Ficha de Empregado ou Contrato de Trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.
- II) O(s) profissional(ais) detentor(es) do(s) atestado(s) para atendimento ao item anterior deverá(ão) participar do objeto da licitação, como responsável(is) pelos serviços, nos termos do Inciso I do § 2º do art.

74 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a substituição por profissional(ais) de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.

12.13.1.5 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome do signatário.

12.13.1.6 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter:

- Prazo contratual, datas de início e término;
- Local da prestação dos serviços;
- Natureza da prestação dos serviços;
- Quantidades executadas;
- Caracterização do bom desempenho do licitante;

12.13.1.7 Para o fim de qualificação, a licitante deverá estar registrada, e possuir em seu quadro ao menos um profissional de Administração de Empresas registrado, no conselho profissional competente.

12.14. Habilidades Fiscal, Social e Trabalhista

As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.14.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Economia ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral.

12.14.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal e/ou Estadual (conforme o caso - serviços/compras), relativo ao domicílio ou sede do licitante.

12.14.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social – INSS, que deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

12.14.4. Se sobre o ramo de atividade da licitante incidir ISS (empresas prestadoras de serviços), deverá ser comprovada regularidade perante a Fazenda Municipal, consistente na certidão de tributos mobiliários do domicílio ou da sede da Licitante;

12.14.4.1. Se sobre o ramo de atividade da licitante incidir ICMS (empresas que atuem com fornecimento de bens), deverá ser comprovada regularidade perante a Fazenda Estadual, expedida pelo órgão competente do domicílio ou da sede da Licitante ou através de sistema eletrônico.

12.14.4.1.1. O documento hábil para comprovação da regularidade para com a Fazenda Estadual, quando a licitante for contribuinte do Estado de São Paulo, é a Certidão Negativa de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa.

12.14.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

12.14.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12.15. Habilidade Econômico-Financeira

De forma a demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, as licitantes deverão apresentar:

12.15.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica.

12.15.2. Será admitida a participação de licitante em recuperação judicial¹, desde que acompanhada de seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos neste edital.

12.15.3 Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, assinados por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, que comprovem a boa situação financeira da pessoa jurídica, vedada a sua substituição por balancetes ou Balanços Provisórios, apresentados na forma abaixo discriminada:

12.15.3.1. No caso específico de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S. A.): o Balanço e Demonstração contábeis deverão ser apresentados por publicação no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, ou em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, ou ainda, se no lugar em que estiver situada a sede da companhia não for editado jornal, por publicação em órgão de grande circulação local.

12.15.3.2. As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial assinado por bacharel ou técnico em ciências Contábeis, legalmente habilitado, constando nome completo e registro profissional, referente ao último exercício social exigível.

12.15.3.3. As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

12.15.3.4. Consideram-se últimos exercícios sociais exigíveis, os exercícios imediatamente anteriores ao encerrado, até o dia 30 de abril de cada ano. Após essa data, com base no art. 1078 do Código Civil, os últimos exercícios sociais exigíveis serão os imediatamente anteriores, para todas as empresas (inclusive aquelas que optam pelo lucro real ou presumido ou utilizam o Sistema Pública de Escrituração Digital – SPED).

12.15.3.5. O Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social da sede (matriz) poderão ser apresentados através de cópia da Escrituração Contábil Digital (ECD).

12.15.3.6. As empresas que apresentam Escrituração Contábil Digital (ECD) trimestral deverão apresentar os quatro balanços trimestrais referentes ao último exercício social exigível, nos termos do subitem **12.15.3.5.**

12.15.3.7. A boa situação financeira será comprovada se a licitante demonstrar que possui Índice de Liquidez Corrente (ILC), Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Solvência Geral (ISG) iguais ou acima de 1,00.

12.16. VISITA TÉCNICA

12.16.1. Fica dispensada a visita técnica para este certame, contudo, caso a interessada julgar necessário e deseje, poderá entrar em contato e realizar a visita técnica afim de sanar suas dúvidas.

13. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

13.1.1. Recurso hierárquico em face de:

13.1.1.1. Julgamento das propostas;

13.1.1.2. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

13.1.1.3. Anulação ou revogação da licitação;

13.1.1.4. Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

13.1.2. Pedido de reconsideração, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

13.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas (subitem **13.1.1.1**) e da habilitação ou inabilitação de licitante (subitem **13.1.1.2**), serão observadas as seguintes disposições:

13.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

13.2.1.1. A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

13.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso apresentarão Memoriais, dirigidos ao(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do(s) itens/lote(s) no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

13.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso (03 dias úteis) e terá início na data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição de recurso.

13.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

13.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico ou do e-mail indicado no preâmbulo deste edital, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

13.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

13.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail indicado no preâmbulo deste edital ou por meio de protocolo realizado na Autarquia, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação do referido ato.

13.5.1. A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

13.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até

que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

13.8. É assegurada às licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses por acesso ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI, mediante solicitação enviada para o e-mail indicado no preâmbulo deste edital.

13.9. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

13.10. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará o processo licitatório à autoridade superior, que poderá:

13.10.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

13.10.2. Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

13.10.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou

13.10.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.11. A homologação desta licitação não obriga a Administração à contratação do objeto licitado.

13.12. A adjudicação do objeto à licitante vencedora e a homologação da licitação serão publicadas no Diário Oficial do Município de Campinas e disponibilizadas no portal da transparência da SETEC.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. A SETEC notificará a adjudicatária para assinar o Termo de Contrato e o Termo de Ciência e de Notificação, cujas minutas integram os anexos deste edital.

14.1.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, para assinar o Termo de Contrato e o Termo de Ciência e de Notificação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Campinas por até 03 (três) anos e da perda da garantia de proposta (se houver).

14.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.1.3. O contrato será assinado preferencialmente em meio eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

14.2. No ato da assinatura do Termo de Contrato, a adjudicatária se obriga a apresentar, na hipótese de adjudicatária em recuperação judicial ou extrajudicial, os documentos elencados no subitem **12.15.2** deste edital.

14.3. Quando a adjudicatária convocada, dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver habilitação regular ou se recusar a assinar o Termo de Contrato, é facultado a SETEC:

14.3.1. revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis

14.3.2. convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, constatada a regularidade de sua habilitação e procedida nova homologação, assinar o Termo de Contrato, nas condições ofertadas pela licitante vencedora; ou

14.3.3. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem **14.3.2**, observados o valor máximo estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital:

14.3.3.1. convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária;

14.3.3.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.4. Além das situações previstas no subitem **5.2.2** deste edital, é vedada a celebração de contrato com a SETEC ou sua execução com pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador de Campinas, nos termos do disposto no art. 7º do Decreto Municipal nº 17.437/2011.

14.4.1. Considera-se agente político o Chefe do Poder Executivo, o Vice-Prefeito, o Presidente ou Diretor-Presidente de entidades da Administração Indireta, os Secretários municipais, nos termos do art. 2º, inciso IV, do mesmo Decreto.

15. GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

15.1. A Contratada prestará garantia do adimplemento das condições aqui estabelecidas no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, recolhida na Divisão Financeira da SETEC.

15.1.1. A garantia **deverá possuir cobertura para verbas rescisórias inadimplidas**

15.2. Caberá à Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

15.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

15.2.2. Seguro-garantia, **cujo prazo de vigência da apólice será 3 (três) meses superior** ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora; ou

15.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, com prazo igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal, e da qual deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

15.3. As garantias serão prestadas como condição para assinatura do instrumento de contrato.

15.3.1. Caso a opção seja pela modalidade seguro-garantia, a adjudicatária terá o prazo de (um) 1 mês, a contar da notificação para a assinatura do contrato, para prestação da garantia e assinatura do Termo de Contrato e o Termo de Ciência e de Notificação, em substituição ao prazo definido no subitem **14.1.1**.

16. RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

16.1. No recebimento e aceitação do objeto desta licitação serão observadas, no que couber, as disposições contidas no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. O objeto do contrato será recebido:

16.2.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

16.2.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

17. MEDAÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Remissão ao Termo de Referência e Minuta de Contrato. O objeto desta licitação deverá ser executado/recebido em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** deste Edital, correndo por conta da contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

18.1.1. Advertência, aplicável à Contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.1.2. Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da inadimplência, por dia de atraso no fornecimento, até o 4º (quarto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato com o consequente cancelamento da Nota de Empenho, cumulada com outras sanções;

18.1.3. Multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor do contrato e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

18.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.3.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

18.1.3.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.3.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.3.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.3.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.3.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.3.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.3.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.3.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V, no tocante a licitações e contratos:

a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

18.1.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campinas, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas seguintes infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

18.1.4.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.4.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

18.1.4.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.4.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.4.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.4.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

18.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no subitem anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:

18.1.5.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.5.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.5.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.5.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.5.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V - no tocante a licitações e contratos:

- a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

18.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 18.1.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 18.1.6.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 18.1.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 18.1.6.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 18.1.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.2. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.4. É admitida a reabilitação da licitante ou contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- 18.4.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- 18.4.2. Pagamento da multa;
- 18.4.3. Transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- 18.4.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- 18.4.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no subitem 18.4.

18.5. A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação de licitante ou contratada, adicionalmente ao subitem **18.4**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

18.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.6.1. Possível a cumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e fatos geradores diversos.

18.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

18.9. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

18.10. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.10.1. O recurso de que trata o subitem **18.10** será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.11. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

19.1. O Contratante, por meio de gestor e fiscal do contrato a serem designados pela autoridade competente, efetuará a fiscalização e a gestão dos serviços a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento do contrato ou o resultado final de sua execução.

19.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do contrato em todos os seus termos e condições.

19.3. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

20. SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

20.1. As condições de subcontratação, cessão e transferência do objeto do contrato decorrente desta licitação, se houverem, serão as descritas no Termo de Referência Anexo I do Edital.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. No processo licitatório, é permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.063/2020 ou certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

21.2. Fica assegurado à SETEC, por intermédio da autoridade competente, o direito de, por motivo de conveniência e oportunidade, razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou proceder à sua anulação, de ofício ou por provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

21.2.1. Nos casos de anulação e revogação da licitação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

21.3. As licitantes são responsáveis pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o(a) Pregoeiro(a) comunicará a nova data da sessão de disputa através do sistema “BLL” (www.bll.org.br).

21.5. No interesse da SETEC, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, esta licitação poderá ter a sua abertura adiada ou o edital alterado.

21.6. Os prazos previstos neste edital serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

21.6.1. os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo.

21.6.2. os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.

21.6.3. os prazos expressos em dias úteis serão computados somente os dias em que ocorrer expediente normal na SETEC..

21.6.4. Considera-se dia do começo do prazo o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet ou, a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

21.6.5. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

21.7. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

21.8. A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste edital.

21.9. Em atendimento ao Comunicado GP nº 3/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, seguem os links para acesso aos regulamentos nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022>, <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/89676>

21.10. Fica declarado competente o foro da Comarca de Campinas, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste edital, não resolvidas administrativamente.

22. ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial

Anexo III – Minuta de Termo de Contrato

Anexo IV - Termo de Ciência e Notificação

Anexo V – Modelo de Declarações Unificadas

Campinas 22 de dezembro de 2025

Joyce Martins Tengler Marinho
Subscritor do Edital

Janaina de Fatima Vacilotto C. Barbosa
Presidente da SETEC em exercício

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS CONTÍNUOS DE APOIO À AUTARQUIA MUNICIPAL DE CAMPINAS/SP - SETEC, VISANDO A ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E FISCALIZAÇÃO DE PAINÉIS IDENTIFICATIVOS E ENGENHOS PUBLICITÁRIOS LOCALIZADOS NOS LOGRADOUROS DE COMPETÊNCIA DA MUNICIPALIDADE DE CAMPINAS, BEM COMO NOS IMÓVEIS PÚBLICOS E PRIVADOS.

1.1. QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
	VEÍCULO AUTOMOTOR COM TECNOLOGIA EMBARCADA	UNIDADE/MÊS	1
	SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO E CONTROLE FISCALIZATÓRIO / APP	LICENÇA	1
	TREINAMENTO	SERVIÇO	1

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá melhor detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Atualmente a SETEC – Serviços Técnicos Gerais, autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas/SP detém em seu rol de atribuições a prerrogativa de realizar a fiscalização e cobrança de taxas e preço público, conforme estabelecido em lei e termo de convênio com a Municipalidade de Campinas, dos contribuintes que fazem uso de painéis identificativos e engenhos publicitários. Tal finalidade técnica e operacional encontra respaldo nos dispositivos legais abaixo elencados:

- “(...) Lei nº 14.955, de 18 de dezembro de 2014, que "delega a Serviços Técnicos Gerais - SETEC a competência para autorizar e fiscalizar a instalação de painéis identificativos e de engenhos publicitários de mídia exterior em imóveis privados, em bens do domínio público deste município e de outros entes da Federação, e dá outras providências".

Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
CNPJ 49.413.800/0001-23

- *Lei Municipal de Campinas nº 15.637, de 25 de junho de 2018, a qual: “Altera a Lei nº 4.369, de 11 de fevereiro de 1974, que “cria autarquia municipal - Serviços Técnicos Gerais - trata da sua organização e dá outras providências (...);”;*
- *Lei Complementar Municipal de Campinas nº 443, de 18 dezembro de 2023, a qual “institui as taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia administrativa, dispõe sobre seu tratamento tributário, autoriza a realização de termos de cooperação, altera as leis relativas às posturas municipais correlatas e dá outras providências”;*
- *Decreto Municipal de Campinas nº 23.201, de 15 de fevereiro de 2024, o qual “Dispõe sobre a instalação de engenhos publicitários e painéis identificativos que especifica, e dá outras providências”;*
- *Instrução Normativa – SMF nº 04, de 2024 (publicação DOM 21/03/2024 p.65), a qual “Dispõe sobre os procedimentos para comprovação dos requisitos legais para fruição das isenções das taxas de poder de polícia instituídas pela Lei Complementar nº 443, de 18 de dezembro de 2023, delimita os conceitos, tipologias e terminologias empregados em seu cálculo, e dá outras providências”.*

(Normas transcritas por meio da biblioteca jurídica de Campinas/SP – <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/>)

2.2 Nesta senda, quando observado o Princípio da Legalidade atinente à boa Administração Pública, em que pese a obrigação de se dar estrito cumprimento às normas legais, é que se vislumbra a necessidade de se obter, por meio do instrumento da livre concorrência pública, a obtenção de tecnologias e demais recursos necessários para que se possa consumar aquilo que prevê a legislação municipal supracitada.

2.3 Pontualmente, a SETEC realiza tal tarefa fiscalizatória quase que de modo artesanal, haja vista a escassez de recursos tecnológicos bem como a ausência de mão-de-obra dedicada ao monitoramento e aplicação das taxas previstas em lei e normas correlatas. Essa problemática se mostra iminente de busca por solução, pois, a maneira atual como transcorre o processo fiscalizatório e de lavratura de autos de intimação e infração limita a atuação do poder de polícia instituído a esta autarquia, deixando de gerar receitas ao erário que possam subsidiar outros projetos de grande valia à população de Campinas.

2.4 A presente contratação não foi originalmente prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) do exercício de 2025, em razão de situações supervenientes e de caráter urgente, que não puderam ser antevistas no momento da elaboração do planejamento.

2.5 A motivação principal reside na necessidade emergente de modernização do processo fiscalizatório de painéis identificativos e engenhos publicitários, diante das obrigações, tornou-se imprescindível a contratação de solução tecnológica integrada, com vistas a garantir:

- Cumprimento das exigências legais e normativas;
- Efetividade na arrecadação das taxas de fiscalização (TLP, Preço Público e correlatas);
- Correção de fragilidades operacionais;
- Minimização de perdas de receita pública em função da ineficiência fiscalizatória atual.

2.6 Dessa forma, justifica-se plenamente a inclusão extraordinária desta contratação no exercício corrente, por se tratar de demanda urgente, legalmente vinculada e de relevante interesse público, alinhada aos princípios da eficiência, legalidade e economicidade da Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 Conforme apresentado de maneira pormenorizada no ETP, busca-se com o certame a ser realizado ofertar os subsídios necessários à consecução dos serviços, o qual possa promover, dentro dos limites da Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos --, a otimização do processo relacionado à fiscalização, controle, emissão de guias para pagamento e recebimento das respectivas taxas pela Municipalidade e preços públicos pela autarquia, dos contribuintes que fazem uso de painéis identificativos e engenhos publicitários, dentro dos limites geográficos da municipalidade de Campinas/SP.

3.2 Reitera-se que a emissão de taxas e respectivas cobranças encontra amparo na legislação municipal vigente e deve ser realizada em estrita observância às normas de regência. Outrossim, dadas as limitações operacionais do corpo técnico a serviço da SETEC, depreende-se da urgente e necessária adoção de providências a fim de que se possa constituir o projeto necessário revestido de tecnologia para atender a demanda tratada em tela.

3.3 Assim sendo, para a consecução e atendimento desta demanda técnica, se faz necessário o fornecimento de recursos tecnológicos, sistemas e mão-de-obra qualificada, por meio das tecnologias existentes no mercado com a definição dos conceitos legais e técnicos para realização do processo licitatório a fim de se obter a solução da defasagem no processo fiscalizatório de painéis identificativos e engenhos publicitários.

Portanto, para a realização do processo se pretende a obtenção, por meio de locação, dos seguintes recursos:

- Veículo automotor com tecnologia embarcada que realizará o tráfego pelas vias municipais de Campinas/SP, capturando imagens dos painéis identificativos e engenhos publicitários, com uso de inteligência artificial – IA gerando LOG de dados relacionado com foto-captura, medição da área dos painéis/engenhos em m² (metros quadrados), endereço de instalação do painel/engenho com anotação de localização geoespacial;
- Sistema informatizado **composto por plataforma web responsiva e aplicativo móvel (app)** compatível com os sistemas operacionais Android e iOS, destinado à conferência e validação de imagens, controle de contribuintes que fazem uso de painéis identificativos e/ou engenhos publicitários, emissão de guias de pagamento de taxas e preços públicos, baixas automáticas de pagamento por meio de rotina de integração com arquivos de retorno bancário, e demais funcionalidades relacionadas ao processo fiscalizatório e de arrecadação dos preços públicos.
- O aplicativo móvel compatível com Android e iOS, deverá possuir as seguintes funcionalidades mínimas:

1. Acesso individualizado por fiscais e servidores;
 2. Visualização georreferenciada dos engenhos cadastrados;
 3. Upload de fotos e documentos diretamente do celular;
 4. Emissão de notificações e relatórios de campo;
 5. Operação online e offline com sincronização posterior;
 6. Integração com a base de dados central.
- Treinamento das equipes.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os serviços se caracterizam como de NATUREZA CONTÍNUA e, para a completa realização do processo fiscalizatório a satisfazer a demanda em sua totalidade deverão atender minimamente aos requisitos ofertados:

4.1- VEÍCULO AUTOMOTOR COM TECNOLOGIA EMBARCADA

A solução tratada neste item contempla a utilização de veículo automotor, **com fornecimento de motorista e insumos**, tais como: combustível, manutenção etc., além de câmera embarcada e sistema para transmissão de dados e imagens, *on-line* e via conexão por cabo.

Nota: O prazo para desenvolvimento do sistema e apresentação do veículo com tecnologia embarcada, devidamente capacitado para operação, será de até 3 (três) meses, conforme descreve o cronograma de execução dos serviços.

4.1.1 O veículo do tipo AUTOMÓVEL deverá ser fornecido novo ou seminovo, com motorista habilitado e demais insumos previstos no item 4.1.

4.1.2 O veículo deverá ser equipado com tecnologia embarcada de monitoramento pelo uso de:

- I) Câmeras do tipo IP;
- II) GPS (em inglês, *Global Positioning System/Sistema de Posicionamento Global*) dedicado;
- III) Sistema de transmissão de dados wireless (*wi-fi*, dados móveis);
- IV) Sistema de transmissão de dados via cabo (conexão por *pach-chord*, USB-C e outras possíveis e atuais).

4.1.3 Esse dispositivo de coleta de imagens e registro de dados deverá ter a capacidade de trafegar pelas vias públicas (nos locais permitidos) e não permitidos (como calçadões, por exemplo) mediante autorização expressa da autoridade de trânsito de Campinas/SP, em protocolo a ser tratado pela SETEC, além das faixas de rolamento da municipalidade.

4.1.4 Por meio da tecnologia embarcada com câmeras IP deverá ter a capacidade analítica, utilizando-se a Inteligência Artificial – IA a fim de identificar os engenhos publicitários e painéis identificativos dos contribuintes do Município de Campinas.

4.1.5 Uma vez identificado o Contribuinte, deverá promover a varredura do perímetro a fim de identificar a presença de painéis identificativos e/ou engenhos publicitários.

4.1.6 Após identificação dos tipos painéis/engenhos, bem como de sua respectiva categoria definida em lei, ato contínuo, deverá realizar a medição dos painéis/engenhos, em m².

4.1.7 Concomitantemente, após coleta e medição das imagens dos painéis/engenhos, deverá correlacionar à imagem ao referenciamento geoespacial e o endereço de instalação.

4.1.8 Realizada esta penúltima etapa ante citada, deverá organizar os dados em lote e transmitir ao banco de dados do “SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO E CONTROLE FISCALIZATÓRIO”, para que se prossiga com as demais etapas de validação de dados e controle fiscalizatório.

4.1.9 Dada a natureza diversificada dos painéis/engenhos atualmente instalados no Município de Campinas/SP, define-se o atendimento mínimo em 70% (setenta por cento) de acuracidade nos registros das imagens, referência geoespacial, dados de endereço e medição de área em m².

4.1.10 Não serão exigidas especificações pontuais do veículo e dos recursos embarcados, desde que se comprove as funcionalidades requisitadas na ocasião de realização de “PROVA DE CONCEITO”, nos termos do item 14 deste termo de referência.

4.1.11 Todas as despesas relacionadas a mão-de-obra, licenciamento, taxas e impostos, seguro, manutenção e abastecimento com combustíveis ocorrerão pelas expensas do CONTRATADO.

4.2- SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO E CONTROLE FISCALIZATÓRIO

Nota: O prazo para desenvolvimento do sistema devidamente capacitado para operação será de até 3 (três) meses, conforme descreve o cronograma de execução dos serviços.

4.2.1 O sistema deverá funcionar em ambiente Web, com acesso por navegador de internet (browser), sem necessidade de instalação de software auxiliar, mediante autenticação com nome de usuário e senha previamente cadastrada.

4.2.1.1 Além disso, o sistema deverá **dispor de aplicativo móvel (app)** compatível com os sistemas operacionais **Android** e **iOS**, com acesso mediante as mesmas credenciais de autenticação, e

funcionalidades voltadas ao uso em campo, como **consulta a engenhos, validação de imagens, upload de fotos e documentos, geolocalização e geração de relatórios de fiscalização.**

4.2.1.2 O aplicativo deverá operar de forma **integrada com a base de dados central do sistema web**, e permitir uso em **modo offline**, com sincronização automática ao reconectar à internet.

4.2.2 Deverá permitir a visualização, validação e arquivamento eletrônico dos registros de fiscalização, com imagens associadas, evitando extravios ou adulterações.

4.2.3 Será necessário permitir a indexação e organização das autuações geradas, vinculadas ao número do registro, endereço, local georreferenciado, data/hora da ocorrência e tipo de irregularidade.

4.2.4 O sistema deverá permitir a configuração e manutenção de grupos de usuários, com atribuição de permissões específicas de acesso, visualização, edição e validação das autuações e processos administrativos.

4.2.5 Deverá incluir ferramenta de auditoria para rastrear todas as ações realizadas no sistema pelos usuários, registrando data, hora, endereço IP, nome de usuário e ação executada.

4.2.6 Deverá permitir o cadastro e manutenção de informações relativas aos locais fiscalizados (logradouro), pontos de monitoramento e zonas especiais definidas pelo Município.

4.2.7 Deverá permitir o cadastro de agentes responsáveis pelas validações e lavraturas de autos, vinculando permissões de uso aos respectivos dispositivos de fiscalização.

4.2.8 Deverá permitir a gestão e controle dos equipamentos embarcados nos veículos, incluindo câmeras, GPS e tablets, com registro de modelo, identificação, histórico de uso e manutenção.

4.2.9 O sistema deverá permitir a visualização, por meio de mapa georreferenciado, das ocorrências registradas, com destaque para os pontos onde foram identificadas irregularidades.

4.2.10 Deverá possibilitar a visualização dos autos de infração e intimação com seus respectivos anexos (imagens, coordenadas, data/hora), diretamente na interface do sistema.

4.2.11 Deverá permitir a geração de relatórios de autuações por tipo de infração, local, período, agente, tipo de engenho publicitário/painel identificativo e respectiva categoria e situação (regular, irregular, em prazo de regularização).

4.2.12 Deverá permitir a emissão digital de autos de intimação e infração, com as respectivas imagens anexas e a geração de notificações automáticas (digitais ou para impressão).

4.2.13 Deverá permitir a geração de guias de recolhimento ou regularização conforme regras estabelecidas pela legislação municipal.

4.2.14 O sistema deverá permitir a integração com os sistemas da Prefeitura/Setec, como: Cadastro Imobiliário, SIM (Sistema Financeiro), Sistemas Informatizados da SETEC (Cadastro de engenhos), Dívida Ativa e SEI (Sistema Eletrônico de Informações).

4.2.15 Deverá garantir mecanismos de validação dos registros capturados pelos veículos, incluindo verificação de consistência da localização, sobreposição com base cadastral e compatibilidade com os parâmetros normativos.

4.2.16 O sistema deverá alertar o operador, durante o processo de validação, em caso de inconsistências no auto, tais como: ausência de imagem, erro de coordenada ou incompatibilidade com os dados cadastrais do imóvel.

4.2.17 Deverá permitir o armazenamento seguro dos dados e imagens em nuvem ou infraestrutura local, com redundância e conformidade com as diretrizes da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

4.2.18 Deverá permitir a operação do sistema mesmo em zonas de sombra de conectividade, com sincronização automática de dados assim que restabelecida a conexão.

4.2.19 O sistema deverá possibilitar o gerenciamento dos prazos legais para regularização, recurso e defesa, com geração de alertas e controle do fluxo processual.

4.2.20 Deverá disponibilizar painéis gerenciais e estatísticos em tempo real, permitindo ao gestor público acompanhar indicadores de desempenho, áreas mais autuadas, reincidências e arrecadação vinculada às infrações.

4.2.21 O sistema deverá fornecer acesso aos principais dados dos módulos que compõem a solução, integrando informações operacionais e estratégicas para apoio à tomada de decisão pelos gestores.

4.2.22 O sistema de gestão deverá permitir a geração automática de guias de pagamento para os autos de infração lavrados pelos agentes em campo, com cálculo baseado nos parâmetros legais definidos para cada tipo de engenho publicitário, infração ou situação irregular. O sistema deve permitir configurar diferentes tipos de cobrança, como TLP (Taxa de Licenciamento de Publicidade) e Preço Público.

4.2.23 O sistema deverá incluir funcionalidade de reemissão de guias vencidas ou não pagas, permitindo a atualização da data de vencimento, aplicação de encargos quando necessário e reenvio automático da nova guia ao contribuinte, com controle de validade e rastreabilidade do histórico de cobranças.

4.2.24 Deverá haver integração com o sistema financeiro da Prefeitura/SETEC, permitindo a conciliação automática dos pagamentos realizados. O sistema deverá ser capaz de consultar, em tempo real ou por sincronização periódica, o status de cada guia, atualizando o registro da infração com a situação “pago”, “vencido” ou “em aberto”.

4.2.25 O sistema deverá permitir o encaminhamento automático ou manual de débitos não quitados para inscrição em Dívida Ativa, conforme regras configuráveis. Esse processo deverá incluir o controle de prazos legais, geração de relatório com os autos vencidos, exportação ou integração com o módulo da dívida ativa, e vinculação de número de processo gerado para consulta posterior.

4.2.26 O sistema deverá suportar notificações sequenciais, permitindo o envio automático de notificações iniciais após a lavratura do auto de intimação, bem como novas notificações para os casos em que não houve pagamento ou regularização no prazo. Cada notificação deverá ter modelo personalizável, prazo de validade e controle de envio com geração de protocolo digital.

4.2.27 Deverá ser possível atualizar automaticamente a base cadastral da Prefeitura/SETEC com dados colhidos em campo, como: localização de engenhos, tipo, dimensões, titularidade e dados do imóvel. O sistema deverá registrar essas alterações com controle de versão, data da atualização, e agente responsável, com possibilidade de validação prévia por gestor.

4.2.28 O sistema deverá incluir integração com o SEI (Sistema Eletrônico de Informações) ou módulo próprio de protocolo, permitindo o registro e controle de defesas administrativas, pedidos de reconsideração, recursos e manifestações dos contribuintes em resposta aos autos de infração e intimação, bem como sua vinculação ao processo eletrônico correspondente.

4.2.29 Deverá haver funcionalidades específicas para geração de relatórios de regularizações, incluindo percentuais de infrações sanadas após notificação, tempo médio de regularização, evolução mensal da conformidade dos engenhos e comparação entre autos lavrados e pagamentos efetivados. Esses relatórios deverão ser disponibilizados em dashboards com filtros interativos por período, tipo de engenho, localidade e responsável.

4.2.30 O sistema deverá dispor de indicadores de encerramento de ciclo, marcando explicitamente os autos que concluíram seu fluxo (desde a fiscalização até o pagamento ou arquivamento). Este encerramento deverá ocorrer automaticamente com o pagamento confirmado ou manualmente por decisão administrativa registrada no sistema, impedindo reabertura sem justificativa.

4.2.31 Por fim, o sistema deverá permitir a auditoria e rastreabilidade completa de cada ciclo de fiscalização, mantendo registros detalhados de cada etapa, usuário responsável, ação tomada, prazos cumpridos ou vencidos e status atual do auto, garantindo total transparência, controle legal e suporte às decisões administrativas.

4.2.32 Deverá disponibilizar painéis (dashboards) interativos, organizados por temas e indicadores, com visualizações simplificadas por meio de gráficos, tabelas, mapas e relatórios gerenciais.

4.2.33 Deverá funcionar em diferentes plataformas (computador, tablet e smartphone), com interface responsiva que se adapta automaticamente ao dispositivo utilizado.

4.2.34 Deverá apresentar, em tempo real, os dados operacionais críticos das atividades de fiscalização, incluindo ocorrências registradas, imagens capturadas e localização dos veículos.

4.2.35 Os dashboards deverão agrupar indicadores de forma consolidada, permitindo a aplicação de filtros por período, região, tipo de engenho, agente responsável e situação da autuação.

4.2.36 Deverá possuir painel para acompanhamento dos principais indicadores de autuações, como: total de autos emitidos, autos por tipo de infração (excesso de metragem, ausência de licença, localização irregular), evolução mensal, e reincidência por local ou contribuinte.

4.2.37 Deverá apresentar mapa georreferenciado com pontos de ocorrência, quantidade de autuações por localidade e classificação da irregularidade identificada.

4.2.38 Deverá possibilitar a geração de relatórios estatísticos sobre: Quantidade de autuações por tipo de engenho publicitário, Quantidade de autuações por bairro, rua ou região, Evolução das autuações por período (dia, semana, mês, ano), Quantidade de regularizações realizadas após intimação, Volume de notificações emitidas e seus status (pendente, concluída, em recurso), comparativo entre áreas com maior e menor índice de conformidade.

4.2.39 Deverá apresentar indicadores sobre o desempenho dos veículos de fiscalização, incluindo: Quantidade de quilômetros percorridos por período, Número de imagens capturadas e processadas, Eficiência da leitura automática (OCR) nas rotas realizadas, Locais com maior densidade de fiscalização

4.2.40 Deverá permitir o monitoramento da utilização dos equipamentos embarcados, informando status dos dispositivos (on-line/off-line), última posição registrada, nível de bateria, e possíveis pendências (ex: imagem não sincronizada, falha de GPS, erro de leitura).

4.2.41 Deverá apresentar alertas e indicadores de risco, como: Engenhos com múltiplas autuações pendentes de regularização, Locais com alta reincidência de infrações, Intervalos elevados entre rondas realizadas na mesma região.

4.2.42 Deverá permitir o acompanhamento de prazos legais, com alertas para vencimentos de prazos de intimação, apresentação de defesa, ou regularização.

4.2.43 Deverá oferecer um modo de apresentação automática dos painéis, com rotação de telas pré-configuradas pelos gestores, ideal para centros de controle e monitoramento.

4.2.44 Deverá permitir a impressão de qualquer elemento do painel (gráfico, tabela, mapa), com todos os dados visíveis, filtros aplicados, descrição do conteúdo e identificação do usuário responsável.

4.2.45 Deverá permitir a personalização dos painéis, com possibilidade de ocultar ou destacar indicadores conforme a necessidade de cada usuário ou setor.

4.3 SALA TÉCNICA COM ESTAÇÕES DE TRABALHO

4.3.1 Os serviços de rede, internet, energia elétrica, mobiliário e computadores serão disponibilizados pela **CONTRATANTE** com as configurações mínimas a seguir:

4.3.2. COMPUTADOR DESKTOP

- Processador 12ª geração Intel® Core™ i5-12500 (6 Núcleos, 18MB, 12T, 2.0GHz até 4.4GHz, 35W)
- Sistema operacional Windows 11 Pro, Português, Inglês, Francês, Espanhol
- Memória 8 GB DDR5 (1x8GB) 5600MT/s
- Armazenamento SSD de 256GB PCIe NVMe M.2 (Classe 35)
- Teclado com fio, preto (português do Brasil)
- Mouse óptico, (preto)
- Placa de rede sem fio Intel® Wi-Fi 6E AX210, 2x2, 802.11ax, com Bluetooth®, antena externa
- Qualificação ENERGY STAR
- EPEAT Registrado 2018 (ouro)
- Trusted Platform Module (Discrete TPM Enabled)
- Assistência técnica 1 Ano de serviço de hardware com serviço no local/em domicílio após o diagnóstico remoto
- Microsoft Office Office Home e Business 2024
- Monitor com no mínimo 23,8" de visualização diagonal
- Nobreak 1500VA

4.4. TREINAMENTO

4.4.1 Ficará a cargo da **CONTRATADA**, a realização de treinamento e qualificação dos colaboradores a serem alocados na "SALA TÉCNICA".

4.4.2 O local de realização do treinamento será acordado junto à administração superior da **CONTRATANTE**, podendo ocorrer nas dependências dela ou em local designado pela mesma.

4.4.3 A duração do treinamento deverá obedecer ao período necessário à qualificação das equipes a serviço da pretensa contratação.

4.4.4 Poderá haver treinamentos eventuais com a finalidade de atualizações ou “reciclagem” do pessoal treinado.

4.5. SUBCONTRATAÇÃO

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5.1.1 Contudo, caso se mostre inevitável e devidamente justificado, a subcontratação dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5.1.2 O CONTRATADO apresentará à ADMINISTRAÇÃO documentação que comprove a capacidade técnica do SUBCONTRATADO, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5.1.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.5.1.4 Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

4.6. GARANTIA

4.6.1 A Contratada prestará garantia do adimplemento das condições aqui estabelecidas no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, recolhida na Divisão Financeira da SETEC.

4.6.2 Caberá à Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- Seguro-garantia, cujo prazo de vigência da apólice será 3 (três) meses superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora; ou
- Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, com prazo igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal, e da qual deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.6.3 As garantias serão prestadas como condição para assinatura do instrumento de contrato.

4.6.4 Caso a opção seja pela modalidade seguro-garantia, a adjudicatária terá o prazo de (um) 1 mês, a contar da notificação para a assinatura do contrato, para prestação da garantia e assinatura do Termo de Contrato e o Termo de Ciência e de Notificação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A EXECUÇÃO DO OBJETO SEGUIRÁ A SEGUINTE DINÂMICA:

- Início da execução do objeto: após emissão da ordem de serviço.
- Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho;
- O item designado como “VEÍCULO AUTOMOTOR COM TECNOLOGIA EMBARCADA” realizará o tráfego pelas vias públicas pertencentes ao perímetro interno do Município de Campinas/SP, coletando as imagens dos “PAINÉIS IDENTIFICATIVOS E ENGENHOS PUBLICITÁRIOS”, posteriormente as transmitindo ao serviço “web” por meio de integração sistêmica;
- Será realizado o trabalho de conferência e validação de dados, bem como o controle da geração das guias de taxas e cobrança, conforme preconiza os dispositivos legais e normatizadores que regem o assunto.
- Cronograma de realização dos serviços: durante a vigência contratual de 60 meses e após emissão da ordem de serviço.

5.2. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

- Coleta de dados e imagens em campo, nas vias públicas pertencentes ao perímetro interno do Município de Campinas/SP, onde houver a existência de painéis identificativos e/ou engenhos publicitários;
- As atividades de escritório serão realizadas em sala a ser definida, nas dependências da SETEC.
- Os serviços tanto de campo como de escritório serão prestados de segunda a sexta, das 8h às 20h, exceto em feriados, podendo haver alterações desde que aprovado pela contratante.
- Para a perfeita execução dos serviços, o CONTRATADO deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

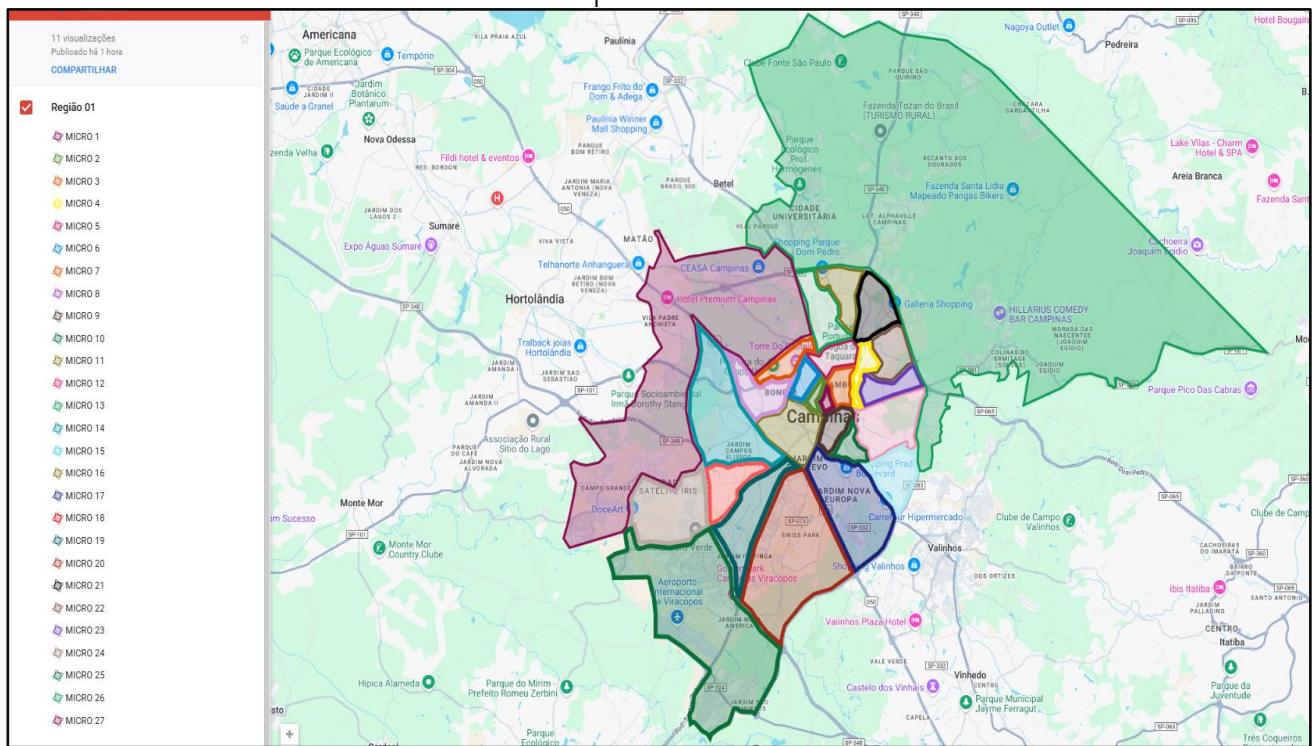
A fim de que os objetivos propostos nesta demanda sejam atingidos de forma metódica e organizada, estabelece-se o presente cronograma dividido, preliminarmente, o quanto segue:



SETEC

SERVICIOS TÉCNICOS CERATIS

Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
CNPJ 49.413.800/0001-23



OBJETO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS CONTÍNUOS DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINAS/SP, PARA FISCALIZAÇÃO DE PAINÉIS IDENTIFICATIVOS E ENGENHOS PUBLICITÁRIOS, NO PERÍMETRO DOS LOGRADOUROS SOB JUDICIE DESTA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AO QUE TANGE OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DEMAIS PONTOS CORRELATOS.															
	FASE	DESCRITIVO	PRAZO	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	
1	LEVANTAMENTO DE DADOS, MAPEAMENTO REGIONAL, REUNIÕES DE ALINHAMENTO E DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES	EM ATÉ 30 DIAS														
2	DESENVOLVIMENTO, TESTES E IMPLANTAÇÃO DO APP PARA CELULAR DESENVOLVIDO	EM ATÉ 90 DIAS														
3	DESENVOLVIMENTO, TESTES, HOMOLOGAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA PARA "VEÍCULO AUTOMOTOR COM TECNOLOGIA EMBARCADA"	EM ATÉ 90 DIAS														
4	DESENVOLVIMENTO, TESTES, HOMOLOGAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO "SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO E CONTROLE FISCALIZATÓRIO"	EM ATÉ 90 DIAS														
5	INTEGRAÇÃO DE DADOS ANTIGOS (SETEC) COM A NOVA PLATAFORMA SISTêmICA	EM ATÉ 30 DIAS														
6	TREINAMENTO E CONFIGURAÇÃO DE SALA TÉCNICA	EM ATÉ 30 DIAS														
7	LEVANTAMENTO DE CAMPO COM TRANSMISSÃO DE IMAGENS GEORREFERENCIADAS E OPERAÇÃO DO SISTEMA PARA CONTROLE, EMISSÃO DE TAXAS E RECEBIMENTO MICRORREGIÕES	RECORRENTE A PARTIR DO 5º MÊS							REGIÕES 1 / 2 / 3 / 4	REGIÕES 5 / 6 / 7 / 8	REGIÕES 9 / 10 / 11 / 12	REGIÕES 13 / 14 / 15	REGIÕES 16 / 17 / 18 / 19	REGIÕES 20 / 21 / 22	REGIÕES 23 / 24 / 25	REGIÕES 26 / 27

Nota: A partir do 13º mês a execução dos serviços previstos no item 7 do presente cronograma, o levantamento de campo com a transmissão de imagens georreferenciadas e o operação do sistema para controle serão reiniciados sucessivamente, sendo somente os valores referentes a esse item os que serão pagos a partir do 13º mês.

FASE	DESCRITIVO A PARTIR DO 13º MÊS	PRAZO	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
7	LEVANTAMENTO DE CAMPO COM TRANSMISSÃO DE IMAGENS GEORREFERENCIADAS E OPERAÇÃO DO SISTEMA PARA CONTROLE, EMISSÃO DE TAXAS E RECEBIMENTO - MICRORREGIÕES	MENSAL						REGIÕES 16 / 17 / 18 / 19	REGIÕES 20 / 21 / 22	REGIÕES 23 / 24 / 25	REGIÕES 26 / 27	REGIÕES 1 / 2 / 3 / 4	REGIÕES 5 / 6 / 7 / 8	REGIÕES 9 / 10 / 11 / 12	REGIÕES 13 / 14 / 15

5.3. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO

5.3.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.4.1 Os procedimentos de transição e finalização do contrato se constituirão mediante emissão de “ATESTO A CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS NOS MOLDES FIRMADOS EM CONTRATO E SEGUINDO AS PREMISSAS DO TERMO DE REFERÊNCIA” por parte da autoridade competente da CONTRATANTE.

5.4.2. PROPRIEDADE DO BANCO DE DADOS

Toda a base de dados gerada, consolidada ou atualizada no decorrer da execução contratual será de **propriedade exclusiva da SETEC**, devendo ser entregue à contratante, em formato aberto e estruturado (ex: SQL, CSV, shapefile, GeoJSON), ao final do contrato, ou sempre que solicitado.

5.4.3. TRANSFERÊNCIA DA BASE DE DADOS AO FINAL DO CONTRATO

A contratada deverá entregar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento contratual, **cópia integral do banco de dados atualizado**, acompanhada de documentação técnica (dicionário de dados), para que a SETEC possa garantir sua continuidade e manutenção futura, com ou sem a mesma empresa.

5.4.4. LICENÇA E ACESSO AO SISTEMA (SOFTWARE)

O sistema utilizado deverá garantir **acesso irrestrito e em tempo real à base de dados** pela equipe técnica da SETEC, bem como a **exportação de todos os dados em formato interoperável (CSV, SQL, etc.)**, a qualquer tempo, inclusive em caso de rescisão contratual.

5.4.5. CLÁUSULA DE NÃO EXCLUSIVIDADE / CONTINUIDADE

A solução tecnológica adotada não poderá conter **restrições técnicas ou jurídicas** que impeçam sua continuidade ou evolução por terceiros, após o término do contrato. A contratada se compromete a não aplicar mecanismos de bloqueio, ofuscação ou qualquer tecnologia que inviabilize o uso do banco de dados ou do sistema por outros fornecedores no futuro.

5.4.6. DIREITOS AUTORAIS E DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os direitos autorais patrimoniais sobre os relatórios e bases de dados produzidos no âmbito do contrato serão de titularidade exclusiva da SETEC, sendo vedada sua reutilização comercial ou repasse a terceiros, total ou parcialmente, sem autorização expressa da contratante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o CONTRATADO devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do CONTRATADO, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. PREPOSTO

6.6.1 O CONTRATADO designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2 Ao CONTRATADO não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução contratual.

6.6.3 O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o CONTRATADO designará outro para o exercício da atividade.

6.7. CONTROLE DA EXECUÇÃO – FISCALIZAÇÃO

6.7.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7.2 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Autarquia, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato e de tudo dará ciência à Diretoria.

6.7.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da ou de seus agentes e prepostos.

6.7.4 O fiscal do Contrato anotará em documento oficial próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto tomará como base, de forma objetiva, a verificação do cumprimento do fornecimento e correto funcionamento dos requisitos materiais e sistêmicos citados neste termo de referência, e mediante análise de relatórios gerenciais sobre a evolução dos dados lançados em sistema.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- Não produziu os resultados acordados;
- Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

7.3. CRONOGRAMA FINANCEIRO – MEDIÇÕES

Ao considerarmos que o projeto de fiscalização tratado neste TR terá etapas bem definidas, principalmente àquilo que abranger metodologias de execução e desenvolvimento de sistemas no decorrer do processo, firma-se o entendimento quanto à consecução dos percentuais estimados para cada fase mensal de remuneração do futuro CONTRATADO, nos moldes propostos o quanto segue na tabela a seguir.

7.3.1 A partir do 13º mês os pagamentos devidos e medições serão apenas sobre o “LEVANTAMENTO DE CAMPO COM TRANSMISSÃO DE IMAGENS GEORREFERENCIADAS E OPERAÇÃO DO SISTEMA PARA CONTROLE, EMISSÃO DE TAXAS E RECEBIMENTO – MICRORREGIÕES” item 7 da tabela do tópico 5.3 deste termo de referência, sendo os demais itens incidentes somente nos 12 primeiros meses conforme cronograma apresentado.

Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
 CNPJ 49.413.800/0001-23

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS CONTÍNUOS DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINAS/SP, PARA FISCALIZAÇÃO DE PAMÉS IDENTIFICATIVOS E ENGENHOS PUBLICITÁRIOS, NO PERÍMETRO DOS LOCRADOUROS SOB JURÍDICO DESTA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AO QUE TANGE OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DEMAS PONTOS CORRELATOS.

OBJETO	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QTD (UNID./R\$)	TOTAL ANO 1											
				1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	9 ^a	10 ^a	11 ^a	12 ^a
01	LEVANTAMENTO DE DADOS, MAPAMENTO REGIONAL, REUNIÕES DE ALINHAMENTO E DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES	1	R\$ 1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
02	DESENVOLVIMENTO, TESTES E IMPLANTAÇÃO DO APP PARACELLULAR DESENVOLVIDO	1	R\$ 1,00	9,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	9,00
03	DESENVOLVIMENTO, TESTES, HOMOLOGAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA PARA “VEÍCULO AUTOMOTOR COM TECNOLOGIA EMBARCADA”	3	R\$ 1,00	3,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
04	DESENVOLVIMENTO, TESTES, HOMOLOGAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO “SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO CONTRÔLE FISCALIZADOR”	3	R\$ 1,00	12,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	12,00
05	INTEGRAÇÃO DE DADOS ANTIGOS (SETEC) COM A NOVA PLATAFORMA SISTÉMICA	1	R\$ 1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
06	TREINAMENTO E CONFIGURAÇÃO DE SALA TÉCNICA	1	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
07	LEVANTAMENTO DE CAMPO COM TRANSMISSÃO DE IMAGENS GEOREFERENCIADAS OPERAÇÃO DO SISTEMA PARA CONTROLE, EMISSÃO DE TAXAS E RECEBIMENTO	8	R\$ 1,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	8,00
TOTAL GERAL:			R\$ 35,00												
DESEMBOLSO TOTAL DO MÊS (R\$):			MENSAL	R\$ 2,00	R\$ 2,00	R\$ 2,00	R\$ 5,00	R\$ 3,00	R\$ 3,00	R\$ 35,00					
PERCENTUAL:			MENSAL	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
			ACUM.	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%



Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
CNPJ 49.413.800/0001-23

***obs: a tabela está preenchida com valores fictícios de R\$ 1,00 para todos os itens para fins de exemplificação.

7.4. DO RECEBIMENTO

7.4.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas as condições previstas no edital e em seus anexos, e no que couber, as disposições contidas no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4.2 O objeto do contrato será recebido:

7.4.2.1 Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

7.4.2.2 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.4.3 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e seus anexos.

7.5. FORMA DE PAGAMENTO

7.5.1 A **SETEC** efetuará o pagamento à Contratada mensalmente, no dia 20 (vinte) do mês subsequente ao recebimento da prestação de serviços, após ser conferido, aceito e processado pela autoridade Gestora do Contrato.

7.5.2 Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente da CONTRATADA, conforme informações prestadas em sua Proposta Comercial.

7.5.3 A **SETEC** deduzirá quaisquer valores faturados indevidamente.

7.5.4 Se por qualquer motivo a **SETEC** rejeitar os serviços prestados, o atestado de recebimento e/ou aceite previsto será dado apenas quando da nova realização dos serviços, o que, consequentemente, provocará a prorrogação da data de realização do pagamento da respectiva nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus adicional para a **SETEC**.

7.5.5 Caso ocorra atraso em qualquer pagamento à CONTRATADA, o valor poderá ser atualizado "pro rata die", de acordo com a variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice a ser fixado pelo Governo.

7.5.6. Para que, a CONTRATANTE efetue o pagamento a CONTRATADA estará obrigada a comprovação junto a CONTRATANTE pelo pagamento de seus empregados (**motorista**) e das obrigações trabalhistas (do mês anterior a prestação de serviços) relativos a:

- PAGAMENTO DOS SALÁRIOS, GPS, FGTS, GFIP;
- VALE-REFEIÇÃO;
- VALE TRANSPORTE;
- FREQUÊNCIA DEVIDAMENTE ASSINADA PELO EMPREGADO/EMPREGADOR;

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- Multa:
- Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% a 30% do valor da contratação.
- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% a 30% do valor da contratação.
- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% a 30% do valor da contratação.
- Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% a 30% do valor da contratação.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL

9.1 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.1.1 A Prova de inscrição da licitante da entidade profissional competente (CRA).

9.1.2 Comprovação de CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL para a realização dos serviços objeto da presente licitação, por meio de atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante, devidamente registrado(s) nas entidades profissionais competentes, demonstrando que a empresa licitante tenha executado serviços compatíveis em características, complexidade e qualidade, sendo que a comprovação deverá atender as seguintes parcelas mais relevantes, acerca dos seguintes itens:

- V) Sistema de processamento de infrações;
- VI) Câmeras de monitoramento embarcada em veículos;
- VII) Desenvolvimento e operação de sistemas web;
- VIII) Prestação de serviços de fiscalização urbana com suporte tecnológico;

9.1.3 É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação.

9.1.4 A proponente deverá apresentar declaração, que caso seja a vencedora do certame, apresentará os documentos solicitados abaixo no momento da assinatura do contrato:

- III) Comprovação dos vínculos dos profissionais para atendimento do contrato, mediante Contrato Social, registro na Carteira Profissional, Ficha de Empregado ou Contrato de Trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.
- IV) O(s) profissional(ais) detentor(es) do(s) atestado(s) para atendimento ao item anterior deverá(ão) participar da obra objeto da licitação, como responsável(is) pelos serviços, nos termos do Inciso I do § 2º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a substituição por profissional(ais) de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.

9.1.4 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome do signatário.

9.1.5 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter:

- Prazo contratual, datas de início e término;
- Local da prestação dos serviços;
- Natureza da prestação dos serviços;
- Quantidades executadas;

- Caracterização do bom desempenho do licitante;

9.1.6 Para o fim de qualificação, a licitante deverá estar registrada, e possuir em seu quadro ao menos um profissional de Administração de Empresas registrado, no conselho profissional competente.

9.2. CONSÓRCIO DE EMPRESAS

9.2.1 Conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, a vedação de constituição de empresas reunidas em consórcio se mostra necessária ao pleito proposto, pelos fatores motivadores transcritos a seguir.

9.2.2 Preliminarmente, é imprescindível destacar que o objeto em seu amplo espectro traz um conjunto de soluções tecnológicas constituídas em forma de plexo, ou seja, são serviços interligados e indispensáveis ao princípio da eficiência, este atinente à administração pública, a qual deve proceder com a melhor gestão possível aos usuários.

9.2.3 Não obstante, quando apreciados os recursos, serviços e equipamentos propostos neste termo de referência, denota-se que são elementos de elevada importância e qualidade, com vasta pluralidade de prestadores no mercado nacional, capazes e qualificados de oferecer os serviços em sua totalidade, tornando ineficaz a subcontratação parcial dos serviços ou rateamento entre empresas constituídas em consórcio.

9.2.4 Há de se destacar que, empresas quando optam por se reunir em consórcio para demandas de complexidade técnica razoável, geram negativo impacto à livre concorrência, ferem o princípio da economicidade e trazem resultados indesejáveis à administração.

9.2.5 Diante dos termos e conceitos ofertados e, observando-se o poder discricionário da autarquia, é que se opta pela vedação da aceitação de empresas concorrentes estabelecidas em consórcio.

10. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E ORÇAMENTO

10.1 O custo estimado total da presente licitação será indicado em etapa posterior do procedimento licitatório, pelo Setor de Compras por meio de pesquisa de mercado.

10.2. A dotação orçamentária será indicada em etapa posterior, pelo departamento financeiro.

11. DA VIGÊNCIA E REAJUSTE

11.1 O prazo de vigência será de 60 meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, respeitado o disposto na Lei 14.133 de 2021. Os preços convencionados, nos termos da proposta homologada, poderão ser reajustados nos termos da minuta de contrato ou ata anexa ao Edital.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- 12.1** Efetuar a prestação de serviços em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Autarquia, em estrita observância as especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura.
- 12.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 14,20,21,22, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
- 12.3** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Autarquia, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, o serviço prestado em desacordo com o contratado.
- 12.4** Atender prontamente a quaisquer exigências da Autarquia, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 12.5** Comunicar à Autarquia, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.6** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.7** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do Contrato;
- 12.8** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.9** Arcar com todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus profissionais não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante;
- 12.10** Arcar com todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução desta contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 12.11** A inadimplência da Contratada, em relação aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à SETEC, nem pode onerar o objeto desta contratação.
- 12.12** A Contratada reconhece que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar à SETEC, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus profissionais em serviço, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a contratante, resarcimento ou indenizações por tais danos ou prejuízos que possam causar.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Contratante obriga-se a:

- 13.1** Receber a contratada para realização dos serviços, disponibilizando local, data e horário;
- 13.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços efetuados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
CNPJ 49.413.800/0001-23

13.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por intermédio do gestor e fiscal indicados nos autos do processo pela autoridade competente da SETEC, de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

13.4 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

14. PROVA DE CONCEITO

14.1 Para efeitos de comprovação e maior confiabilidade à Administração Pública no processo, requerer-se-á a realização de demonstração comprobatória, 15 (quinze) dias após a homologação do vencedor do pregão, dos recursos elencados o quanto segue:

- I)** Capacidade operacional do “VEÍCULO AUTOMOTOR COM TECNOLOGIA EMBARCADA” em trânsito, identificando objetos, demonstrando a capacidade para desenvolver a identificação fachadas comerciais, imagens dos painéis/engenhos, dados de referência geoespacial e medição, além de endereço, com transmissão - *on-line* – ao servidor do sistema correlacionado, nos níveis de serviço e de acuracidade definidos no termo de referência;
- II)** Demonstração de “SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO E CONTROLE FISCALIZATÓRIO”, devendo demonstrar a capacidade de emissão de taxas, multas e demais recursos apontados nas especificações técnicas da aplicação.

Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
CNPJ 49.413.800/0001-23

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

SETEC - Serviços Técnicos Gerais.

PREGÃO ELETRÔNICO n.º _____ / _____

Processo Administrativo n.º

Validade da proposta 60 (sessenta) dias

OBJETO:

A _____ vem, por meio de seu representante legal, considerando as informações contidas no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante do Edital, e considerando as demais condições estabelecidas no referido Edital e seus anexos, propor:

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO A SER OFERTADO	VALOR UNITÁRIO OFERTADO	VALOR TOTAL
1	LEVANTAMENTO DE DADOS, MAPEAMENTO REGIONAL, REUNIÕES DE ALINHAMENTO E DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES	1	SERVIÇO	R\$ 3.313,38		
2	DESENVOLVIMENTO, TESTES E IMPLANTAÇÃO DO APP PARA CELULAR DESENVOLVIDO	9	SERVIÇO	R\$ 1.722,95		
3	DESENVOLVIMENTO, TESTES, HOMOLOGAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA PARA “VEÍCULO AUTOMOTOR COM TECNOLOGIA EMBARCADA”	3	FAIXA/MÊS	R\$ 3.313,38		
4	DESENVOLVIMENTO, TESTES, HOMOLOGAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO “SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO E CONTROLE FISCALIZATÓRIO”	12	FAIXA/MÊS	R\$ 16.566,86		
5	INTEGRAÇÃO DE DADOS ANTIGOS (SETEC) COM A NOVA PLATAFORMA SISTêmICA	1	LICENÇA/MÊS	R\$ 1.325,36		
6	TREINAMENTO E CONFIGURAÇÃO DA SALA TÉCNICA	1	FAIXA/MÊS	R\$ 4.638,76		
7	LEVANTAMENTO DE CAMPO COM TRANSMISSÃO DE IMAGENS GEOREFERENCIADAS E OPERAÇÃO DO SISTEMA PARA CONTROLE, EMISSÃO DE TAXAS E RECEBIMENTO	56	FAIXA/MÊS	R\$ 130.202,82		
TOTAL GLOBAL PARA 60 MESES						

Observação: Somente o item 7 será pago a partir do 13º mês obedecendo o cronograma proposto.



Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
CNPJ 49.413.800/0001-23

- O preço ofertado acima considera todos os custos fixos e variáveis, constando além das despesas operacionais e garantias, todos os encargos trabalhistas, taxas, frete, impostos e tributos inclusive IPI, ou ISSQN se houver incidência, diretos e indiretos, não importando a natureza, que recaiam sobre o objeto da presente licitação, de quaisquer esferas de governo.

Favor informar os dados abaixo:

RESPONSÁVEL: Nome completo / Cargo / E-mail / CPF

EMPRESA: Razão Social / CNPJ / Insc. Estadual / Endereço completo da empresa / Telefone

Dados Bancários Vinculados ao CNPJ: Nome e Número do Banco / Agência / Conta Corrente



Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
CNPJ 49.413.800/0001-23

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO:

PREGÃO ELETRÔNICO n.º _____ / _____

CONTRATO nº: _____

Pelo presente instrumento, de um lado, a **SETEC - SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS**, Autarquia municipal, com sede nesta cidade, na Praça Voluntários de 32 S/N, Ponte Preta, inscrita o CNPJ/MF sob n. 49.413.800/0001-23, inscrição estadual isenta, devidamente representada neste ato por seu Presidente, Diretor(a) Administrativo/Financeiro, e Diretor(a) Técnico Operacional, a seguir designada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado (**colocar todos os dados da contratada...**), em face do resultado obtido no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, devidamente homologado pela autoridade competente, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA prestará: SERVIÇOS TECNOLÓGICOS CONTÍNUOS DE APOIO À AUTARQUIA MUNICIPAL DE CAMPINAS/SP - SETEC, VISANDO A ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E FISCALIZAÇÃO DE PAINÉIS IDENTIFICATIVOS E ENGENHOS PUBLICITÁRIOS LOCALIZADOS NOS LOGRADOUROS DE COMPETÊNCIA DA MUNICIPALIDADE DE CAMPINAS, BEM COMO NOS IMÓVEIS PÚBLICOS E PRIVADOS, nos quantitativos abaixo descritos, conforme julgamento da(s) proposta(s) comercial(ais) nos tipos e especificações relacionados no **Anexo I**, o qual fica fazendo parte integrante e inseparável do presente contrato, independentemente de sua transcrição”:

(discriminar itens e quantidades, marcas e valores ofertados)

SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. O prazo de vigência será de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, respeitado o disposto na Lei 14.133 de 2021;

2.1.1. O prazo expresso em meses ou anos será computado de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.

TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA VENCEDORA

3.1. Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, o instrumento convocatório da licitação, proposta vencedora e anexos.



Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
CNPJ 49.413.800/0001-23

3.2. O presente contrato vincula-se ao ato homologatório da licitação e à Ata da Sessão Pública do Processo Administrativo indicado no preâmbulo do edital.

QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

4.1. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações.

QUINTA – DO REGIME E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. O serviço, objeto desta contratação, deverá ser executado em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência – Anexo I, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

5.2. O pessoal que a Contratada empregar para a execução dos serviços ora avençado não terá relação de emprego com o Contratante e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos. No caso de vir o Contratante a ser acionado judicialmente, a Contratada o ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso, venha a desembolsar.

SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. Na proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA** estão inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, sejam estes tributários e previdenciários por ela assumidas, que incidam e venha a incidir sobre a realização dos serviços a serem prestados.

6.2. A **CONTRATADA** apresenta garantia do adimplemento das condições aqui estabelecidas no valor de R\$ _____ (_____) calculado na base de ____% (cinco por cento) do valor total anual estimado do contrato, na modalidade de _____, recolhida junto a Tesouraria da SETEC, localizada na Praça Voluntários de 32, s/n, Ponte Preta, Campinas-SP, nos termos do item _____ do edital do Pregão nº _____.

6.3. Em havendo prorrogação do presente instrumento contratual, a **CONTRATADA** ficará obrigada a providenciar a renovação da garantia, nos termos e condições originalmente aprovados pela **SETEC**.

6.4. A garantia para execução do contrato somente será devolvida à **CONTRATADA** após o cumprimento integral das obrigações contratuais por elas assumidas, mediante a lavratura do Termo de Recebimento dos Serviços.

SÉTIMA – DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal fatura/fatura correspondente aos serviços prestados à



Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
CNPJ 49.413.800/0001-23

contratante até o oitavo dia corrido do mês subsequente ao da execução dos serviços e enviá-la via e-mail ao gestor do contrato.

7.2. Na nota fiscal/fatura a **CONTRATADA** deverá discriminar os serviços prestados seus respectivos valores, além dos demais elementos habituais fiscais e legais.

7.3. Verificada qualquer irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, será feita a sua devolução ou solicitada carta de correção pela **SETEC**, ficando, sem qualquer custo adicional para esta, prorrogado o prazo de pagamento proporcionalmente à sua regularização.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de inadimplência contratual

7.5. A **CONTRATANTE** efetuará os pagamentos à **CONTRATADA**, no dia 20 (vinte) do mês subsequente, referente aos serviços realizados no mês anterior, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, após ser conferida, aceita e processada pelo responsável pelo acompanhamento do referido contrato.

7.6. Caso no dia de pagamento não haja expediente na Autarquia, o mesmo dar-se-á no primeiro dia útil subsequente.

7.7. Os pagamentos serão efetuados através de depósito na conta corrente da **CONTRATADA**, conforme informações prestadas em sua Proposta Comercial.

7.8. A **SETEC** deduzirá quaisquer valores faturados indevidamente.

7.9. Se por qualquer motivo a **SETEC** rejeitar os materiais e/ou serviços, será prorrogado automaticamente o atestado de recebimento e/ou aceite consequentemente, provocando a prorrogação do pagamento da respectiva nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus adicional para a **SETEC**.

7.10. Caso ocorra atraso em qualquer pagamento à **CONTRATADA**, o valor poderá ser atualizado "pro rata die", de acordo com a variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice a ser fixado pelo Governo.

7.11. Qualquer erro ou imperícia de execução dos serviços obrigará a **CONTRATADA** a sua conta e risco, á correção, remuneração e refazimento dos serviços executados, sem ônus para a **CONTRATANTE**. Nesses casos, o prazo para a recuperação dessas falhas será determinado pela **CONTRATANTE** e sua inobservância implicará na aplicação das multas previstas neste Contrato.

7.12. O Contratante somente efetuará o pagamento dos valores devidos, após comprovação do recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação de serviços deste específico contrato.

7.13. O Contratante efetuará a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando o imposto for devido neste Município, de acordo com a Lei Municipal nº 12.392/2005.

7.14. Para que, a CONTRATANTE efetue o pagamento a CONTRATADA **estarão obrigada** a comprovação junto a CONTRATANTE pelo pagamento de seus empregados (motorista) e das obrigações trabalhistas (do mês anterior a prestação de serviços) relativos a:

- PAGAMENTO DOS SALÁRIOS, GPS, FGTS, GFIP;
- VALE-REFEIÇÃO;
- VALE TRANSPORTE;
- FREQUÊNCIA DEVIDAMENTE ASSINADA PELO EMPREGADO/EMPREGADOR;

OITAVA – DO REAJUSTAMENTO

8.1. Os valores contratados poderão ser **reajustados** a cada período de 12 (doze) meses, contados a partir da **data-base do orçamento** estimado da licitação dd/mm/aaaa, após o primeiro reajuste, os demais ocorrerão sempre no prazo de um ano do último reajuste.

8.1.1. No caso da impossibilidade em se obter a variação acumulada do IPC – FIPE – Geral, este será automaticamente substituído pelo IPCA – Índice Geral, mantendo-se o mesmo período de cálculo e vigência do reajustamento.

8.1.2. O reajuste do item 8.1 não se aplica automaticamente.

8.1.3. A contratada deverá solicitar o reajuste em até 2(dois) meses, contados da data do aniversário do orçamento.

8.1.3.1. Passados 2(dois) meses da data de aniversário do orçamento, o reajuste se operará a partir da data da solicitação da contratada em diante, não retroagindo a data da proposta.

NONA – DO RECEBIMENTO

9.1. No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas as condições previstas no edital e em seus anexos, e no que couber, as disposições contidas no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O objeto do contrato será recebido:

9.2.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

9.2.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o

contrato e seus anexos.

DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos orçamentários e financeiros necessários ao atendimento do pagamento das obrigações decorrentes desta licitação estão garantidos na forma de lei da dotação orçamentária própria, codificada sob n.º **01 04 122 2022 4198 33.90.39**, suplementada se necessário.

10.1.1. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

10.2. A cada exercício financeiro, o Contratante deve comprovar a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e emitir Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar.

DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

11.1. O valor total anual estimado deste instrumento contratual é de R\$ _____ (_____), pelo período de ____ (____) meses, mediante o pagamento mensal estimado aproximado de R\$ _____ (_____), conforme Ata de Sessão Pública do Pregão Eletrônico e Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA** devidamente julgada e classificada, as quais ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento contratual, independentemente de sua transcrição.

DÉCIMA SEGUNDA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1 A EXECUÇÃO DO OBJETO SEGUIRÁ A SEGUINTE DINÂMICA:

- Início da execução do objeto: após emissão da ordem de serviço.
- Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho;
- O item designado como “VEÍCULO AUTOMOTOR COM TECNOLOGIA EMBARCADA” realizará o tráfego pelas vias públicas pertencentes ao perímetro interno do Município de Campinas/SP, coletando as imagens dos “PAINÉIS IDENTIFICATIVOS E ENGENHOS PUBLICITÁRIOS”, posteriormente as transmitindo ao serviço “web” por meio de integração sistêmica;
- Será realizado o trabalho de conferência e validação de dados, bem como o controle da geração das guias de taxas e cobrança, conforme preconiza os dispositivos legais e normatizadores que regem o assunto.
- Cronograma de realização dos serviços: durante a vigência contratual de 60 meses e após emissão da ordem de serviço.

DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui Anexo I do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal, estadual e municipal sobre licitações, cabe:

- 13.1.1.** Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador de Campinas, em cumprimento à vedação do art. 7º do Decreto Municipal nº 17.437/2011;
- 13.1.2.** Arcar com todas as despesas relativas ao objeto contratado e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;
- 13.1.3.** Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- 13.1.4.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 13.1.5.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.1.6.** Não permitir a participação na execução de contrato, direta ou indiretamente, de pessoa física ou jurídica, que figure em qualquer das hipóteses previstas no subitem 5.2 do edital.

DÉCIMA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

14.1. O Contratante obriga-se a:

- 14.1.1.** Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do serviço;
- 14.1.2.** Explicitamente emitir decisão, no prazo máximo de 01 (um) mês, admitida a prorrogação por igual período desde que devidamente justificada, sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 14.1.3.** Efetuar os pagamentos devidos;
- 14.1.4.** Observar as vedações à Administração ou a seus agentes, no sentido de:
 - Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;
 - Demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - Intervenção indevida da Administração na gestão interna da Contratada.

DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES RELACIONADA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

15.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, no tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para execução e acompanhamento deste contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou

deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

15.2. A Contratada deverá exigir de subcontratadas, quando permitida a subcontratação, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.3. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.4. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.5. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.6. Este contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

16.1. Serão aplicadas à Contratada responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

16.1.1. Advertência, aplicável à Contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.1.2. Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da inadimplência, por dia de atraso injustificado no início e/ou conclusão do serviço, até o 4º (quarto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, cumulada com outras sanções;

16.1.3. Multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor do contrato e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

16.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.3.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.3.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.1.3.5. Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

16.1.3.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.3.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
CNPJ 49.413.800/0001-23

16.1.3.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V, no tocante a contratos:

- a) Fraudar contrato;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

16.1.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campinas, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas seguintes infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

16.1.4.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.4.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

16.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no subitem anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:

16.1.5.1. Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

16.1.5.2. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.5.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.5.4. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V - no tocante a contratos:

- a) Fraudar contrato;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

16.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.1.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.1.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

16.1.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.1.6.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.1.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.2. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.4. É admitida a reabilitação da Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

16.4.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

16.4.2. Pagamento da multa;

16.4.3. Transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

16.4.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

16.4.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no subitem **16.4**.

16.5. A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação da Contratada, adicionalmente ao subitem **16.4**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

16.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.6.1. Possível a cumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e fatos geradores diversos.

16.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

16.9. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

16.10. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

16.10.1. O recurso de que trata o subitem **16.10** será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.11. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1. O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor e fiscal indicados nos autos do processo pela autoridade competente da SETEC, de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

17.2. A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, existindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

17.3. A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

17.4. O responsável pela fiscalização do presente contrato deverá assegurar o seu fiel cumprimento, especialmente quanto à aplicação das penalidades, sob pena de incorrer nas estabelecidas na Lei 14.133/2021 e na legislação aplicável, com consequente responsabilização.

DÉCIMA OITAVA – PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1 Os procedimentos de transição e finalização do contrato se constituirão mediante emissão de “ATESTO A CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS NOS MOLDES FIRMADOS EM CONTRATO E SEGUINDO AS PREMISSAS DO TERMO DE REFERÊNCIA” por parte da autoridade competente da CONTRATANTE.

18.2. PROPRIEDADE DO BANCO DE DADOS

Toda a base de dados gerada, consolidada ou atualizada no decorrer da execução contratual será de **propriedade exclusiva da SETEC**, devendo ser entregue à contratante, em formato aberto e estruturado (ex: SQL, CSV, shapefile, GeoJSON), ao final do contrato, ou sempre que solicitado.

18.3. TRANSFERÊNCIA DA BASE DE DADOS AO FINAL DO CONTRATO

A contratada deverá entregar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento contratual, **cópia integral do banco de dados atualizado**, acompanhada de documentação técnica (dicionário de dados), para que a SETEC possa garantir sua continuidade e manutenção futura, com ou sem a mesma empresa.

18.4. LICENÇA E ACESSO AO SISTEMA (SOFTWARE)

O sistema utilizado deverá garantir **acesso irrestrito e em tempo real à base de dados** pela equipe técnica da SETEC, bem como a **exportação de todos os dados em formato interoperável (CSV, SQL, etc.)**, a qualquer tempo, inclusive em caso de rescisão contratual.

18.5. CLÁUSULA DE NÃO EXCLUSIVIDADE / CONTINUIDADE

A solução tecnológica adotada não poderá conter **restrições técnicas ou jurídicas** que impeçam sua continuidade ou evolução por terceiros, após o término do contrato. A contratada se compromete a não aplicar mecanismos de bloqueio, ofuscação ou qualquer tecnologia que inviabilize o uso do banco de dados ou do sistema por outros fornecedores no futuro.

18.6. DIREITOS AUTORAIS E DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os direitos autorais patrimoniais sobre os relatórios e bases de dados produzidos no âmbito do contrato serão de titularidade exclusiva da SETEC, sendo vedada sua reutilização comercial ou repasse a terceiros, total ou parcialmente, sem autorização expressa da contratante.

DÉCIMA NONA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO

19.1. Constituem motivos para a extinção do contrato as situações referidas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.3. A extinção do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, consensual, ou por decisão arbitral ou judicial, de acordo com o art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.4. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração, poderá acarretar ao Contratante, sem prejuízo das sanções cabíveis, as consequências elencadas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.



Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
CNPJ 49.413.800/0001-23

VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públcas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto Federal nº 7.724/2012.

VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA

21.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

21.1.1 Contudo, caso se mostre inevitável e devidamente justificado, a subcontratação dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

21.1.2 O CONTRATADO apresentará à ADMINISTRAÇÃO documentação que comprove a capacidade técnica do SUBCONTRATADO, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

21.1.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

21.1.4 Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO COMPETENTE

22.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento, nos termos dos artigos 104 e 107 do Código Civil, reconhecendo a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Termo e suas disposições, ainda que sejam utilizados certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para que se produzam todos os fins de direito, aplicando-se a este os dispositivos da legislação vigente.

Campinas, ____ de ____ de 20____.



Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
CNPJ 49.413.800/0001-23

ANEXO IV – MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:

LICITAÇÃO:

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO Nº:

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO, RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE E RESPONSÁVEIS QUE ASSINAM O AJUSTE PELO GERENCIADOR E PELO FORNECEDOR:

Nome dos Responsáveis para assinatura do termo	CPF	Cargo	E-mail



Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas
CNPJ 49.413.800/0001-23

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÕES UNIFICADAS

Eu, _____, portador do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico n.º ____/_____, Processo n.º ____/_____, **DECLARO**, sob as penas da Lei:

- a) O cumprimento dos requisitos para a habilitação;
- b) A conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;
- c) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos e concordância com suas condições;
- d) Que sua proposta econômica comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- e) Que inexiste impedimento a sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao Município;
- f) Que observa os incisos III e IV do art. 1º e que cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;
- g) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
- h) Que cumpre a reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- i) Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- j) **No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte:** declaro tal enquadramento, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal. Declaro ainda que; não ultrapasso o limite de faturamento, bem como não tenho, no ano-calendário de realização da licitação, celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP (R\$ 4.800.000,00).

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)